

A imprensa feminina no Rio de Janeiro, anos 20: um sistema de informação cultural

Kátia de Carvalho

Resumo

A implantação da imprensa periódica brasileira no século XIX influencia as origens da imprensa feminina que ressurgiu na década de 20, quando as questões relativas à emancipação feminina começavam a aparecer na imprensa. As mulheres se organizaram associativamente e passaram a reivindicar maior participação na sociedade em mudança.

O papel da imprensa dedicada à mulher, servindo à causa feminina, cumpriu a função de publicizar o privado feminino no Rio de Janeiro, espaço público onde o centro do poder político se instalou e se transformou no mais importante pólo cultural do país. A imprensa feminina na década de 20, como veículo do ideário moderno, espaço de modernização do parque gráfico, instrumento de legitimação de novos espaços de expressão dos intelectuais e veículo da moda, da informação utilitária, da vida social, cumpriu o seu papel utilizando um discurso inovador ao exercer a função mediadora entre a esfera pública e a esfera privada nessa cidade.

Palavras-chave

Imprensa; Informação cultural; Mulher; Sistema de informação; Rio de Janeiro; Brasil.

Desde o século XVIII, a imprensa periódica, veículo do projeto iluminista, acenava para mobilização da opinião pública. O objetivo de mudar o modo de pensar dos homens em geral, mediante a propagação de novas idéias, incluía, entre os principais temas, a educação feminina, reservando à mulher o seu espaço de atuação na esfera privada. Isto, porque a educação feminina caminhou em muitas direções, mas sempre seguindo o rumo traçado pelo homem, que a imaginava responsável pela educação da prole e esposa exemplar, exercendo as suas funções, mas sempre por um prisma de submissão.

No Brasil, ocorreram, na década de 20, os primeiros movimentos organizados tendo como principal objetivo a melhoria das condições de vida da mulher, desde que orientada pela ótica masculina. Coube à imprensa periódica feminina publicizar a esfera íntima feminina.

Ao resgatar a imprensa periódica feminina dos anos 20, enfatizamos a importância de conhecer esta fase da vida brasileira refletida na revista feminina, reconhecendo na mulher a sua função motriz das eventuais mudanças na esfera social, em que o seu papel, no seio familiar, como transmissora de ideologias às gerações que se sucediam, não deve ser negligenciado; pelo contrário, deve servir de ponto de reflexão para pensar o presente e o futuro, enxergando a mulher, não como um complemento da família, mas como importante agente de mudanças pela função que exerce na sociedade.

A imprensa feminina refletiu os anseios femininos e, entre outras funções, exerceu o papel de veículo do ideário moderno. Também, colaborou com a renovação do parque gráfico e introduziu importantes mudanças na apresentação das publicações. A utilização da imagem/texto passou a

ser valorizada, e as publicações, muitas vezes, eram ricamente ornadas com vinhetas e ilustrações. O uso da caricatura, bastante difundido, acabou por dividir espaços com a foto que acabara por merecer destaque no noticiário sobre os eventos sociais e a moda,

que eram de interesse do público feminino. A reprodução técnica apontou para novas formas de percepção de um país moderno que se esboçava. O mundo-imagem, que se configurava a partir da técnica da fotografia, do cinematógrafo, tão bem apresentado por Flora Sussekind (1987) no livro *O Cinematógrafo das Letras*, preconizava uma nova realidade no país a partir de sua capital, onde estava instalada a sede do governo brasileiro.

A década destacou-se por ser um período de muita criatividade, e a idéia de progresso e de mudanças se sedimentava em muitos segmentos em estado latente, que eclodiram em São Paulo durante a Semana de Arte Moderna.

O desenvolvimento se evidencia no país, sobretudo nos centros urbanos. O Rio de Janeiro, como capital federal, fornecia este novo espaço, pelas características de centro sócio-econômico-cultural.

Além do crescimento da imprensa, o progresso no campo educacional estimula a criação de bibliotecas públicas e escolas, bem como hábito de ler começa a ser enfatizado, atingindo um conjunto maior da população. Além desses espaços institucionais, acrescentaram-se as salas de visita das famílias onde se reuniam familiares e amigos para saraus literários. Roberto da Matta (1987) considerou os salões espaços intermediários entre a casa e a rua.

OS SALÕES

Eram os salões espaços privados que davam continuidade à esfera pública, onde as transações econômicas e as grandes negociações se concretizavam em ambientes considerados neutros, mas enormemente favoráveis. Vale ressaltar que as relações de parentesco e de compadrio dos membros das classes dominantes que freqüentavam os salões eram evidentes. Quase sempre ocorriam casamentos entre as famílias que freqüentavam as mesmas rodas sociais.

Os salões típicos da época incluíam vários eventos, como récita musical, declamação de poesia e canto, quando se apresentavam as moças solteiras das famílias que ofereciam as recepções. A leitura de romances em voz alta não era negligenciada; ao contrário, era estimulada principalmente pelas dificuldades de acesso aos textos impressos. Essas reuniões ampliavam a circulação não somente de poesias, mas também de outros gêneros literários. Embora os salões funcionassem como lugar de negociação dos homens, eram planejados e organizados pelas mulheres, embora fossem raros os casos de mulheres titulares de salões. Entretanto, algumas se destacaram.

Os salões da família de Bebê Souza Castro, cujas recepções eram disputadas, marcaram época, bem como o de Laurinda Santos Lobo, rica herdeira do tio, Joaquim Murinho (Needell, 1993; Broca, 1991:252), que recebia em sua residência em dias marcados (no dia 4 de cada mês e aos domingos). Mulher de personalidade marcante, distinguiu-se como grande organizadora de interessantes reuniões sociais. Outra mulher que se destacou por sua postura na sociedade foi Júlia Valentina da Silveira Lopes de Almeida.

A mediação entre a esfera pública e a esfera privada pelos salões era especialmente administrada pela mulher, na tarefa difícil de estabelecer a relação entre o público gerador e consumidor de cultura. Em quaisquer desses espaços, as mãos femininas teciam a malha em que se articulavam os valores inerentes à formação de novos padrões culturais. A participação feminina na reconstrução do espaço em que transitavam os intelectuais de modo geral era inegável, sobretudo a contribuição dada para a formação das novas gerações de brasileiros, pois era a mulher o centro

de gravação da família e responsável direta pela criação dos filhos. Coube à mulher introduzir a leitura de livros em voz alta, discutir arte, música, estimulando assim a sensibilidade do ouvinte.

Bicalho (1988), no trabalho intitulado *O Belo Sexo*, discorreu sobre a função dos salões, revisitando textos de renomados autores, com precisão. Primordialmente, os salões estimulavam as práticas de leitura complementando as atividades de natureza intelectual. Considerando-se que as culturas ocidentais têm as suas raízes históricas centradas na invenção da escrita, tanto a leitura quanto a escrita estavam restritas ao mundo de transformações vividas que davam acesso às outras esferas de poder. O domínio destas práticas era importante para a vida burguesa e encontrava na escola o pólo irradiador e de crescimento do público leitor, conseqüentemente influenciando as práticas da leitura.

Para Chartier (1991), a vida familiar, a sociabilidade do convívio e o isolamento individual constituem os três pólos da vida ocidental, em que a leitura é de vital importância. Deste modo, a leitura permeia os três pólos, formando a esfera onde a presença feminina é constante.

Nos salões, a leitura era praticada e a mulher conduzia esta atividade de estímulo ao hábito de ler. A leitura como processo de interação entre o leitor e o autor empresta ao texto uma função mediadora. Enquanto o autor imagina a postura de um receptor como interlocutor imbuído de uma compreensão correta e autorizada do seu texto, o leitor, por sua vez, exerce a sua função imaginando ser a leitura uma prática criadora. Nesta relação, o editor tem uma função de mediador desta tensão, de maneira significativa, se utilizadas as fórmulas tipográficas adequadas.

As práticas de leitura são relevantes para a vida cotidiana. Entre estas práticas, a leitura em voz alta utilizada nos salões reforçava um aspecto importante da vida privada, que era a vida familiar.

Assim, tanto a leitura em voz alta – em grupo, por obrigação de trabalho, como atividade de lazer –, quanto a leitura solitária são práticas de grande relevância.

No Brasil, particularmente no Rio de Janeiro, as origens da leitura se misturavam às próprias origens da nossa história colonial. A leitura era privilégio de um grupo reduzido, devido às condições desfavoráveis resultantes do analfabetismo, do baixo poder aquisitivo da população e da sua dispersão nas zonas rurais. A situação precária da leitura persistiu, embora em outro patamar, apesar de todas as tentativas e mesmo de novas medidas que foram introduzidas a partir dos anos 20, quando a leitura exercida nas reuniões sociais, nos salões cariocas, variava de poesia à prosa. Entretanto, a sua importância estava na função multiplicadora das leituras que aprofundavam uma maior difusão da informação e da transmissão de conhecimento.

Habermas (1984:62), ao se referir à leitura de romances em voz alta nos salões literários, a relaciona com a publicização da subjetividade. Os salões representavam o espaço público onde pessoas privadas se aglutinavam em um público. Deste modo, os salões representavam o espaço de mediação entre a esfera privada e a esfera pública. Assim, a leitura em questão funcionava como mediadora entre as duas esferas. Para tanto, Habermas resgata a importância dos romances que no século XVIII, na Europa, desenvolveram-se como forma de literatura correspondente ao desenvolvimento do indivíduo moderno.

O romantismo, vindo da Europa, encontrou, no Brasil, um ambiente propício. A veiculação de romances passou a ser realizada na grande imprensa, inclusive a dedicada à mulher, que ganhou espaços expressivos nos periódicos.

O público leitor dessas publicações, sempre crescente, chegou aos anos 20 com bastante representatividade. A presença feminina era significativa. Enquanto consumidora, a mulher

estimulava a leitura, e as freqüentes seções se voltavam para concursos e sugestões das últimas obras publicadas ou recém-chegadas da Europa.

Entretanto, não era somente a leitura em voz alta que era importante nos salões. Vale ressaltar que a leitura silenciosa desencadeava o processo de trabalho intelectual individual que influenciava a socialização do livro como objeto cultural de relevância para a vida do indivíduo.

A relação da presença do livro, do hábito de leitura na intimidade das famílias, teve as suas origens na Inglaterra, no século XVII. Assim sendo, a relação do homem com o livro, através do hábito de ler, influenciou significativamente o aumento da posse do livro na esfera privada. Deste modo, o aparecimento das bibliotecas particulares simbolizava a socialização do livro e estimulava a importância da leitura – prática importante para a vida intelectual.

As notícias da existência de bibliotecas particulares no Brasil nos séculos XVI e XVII são obscuras. No século XVIII, começaram a circular informações sobre coleções particulares. Morais (1979) relacionou algumas bibliotecas e, no final do século XVIII, confirmou a existência de alguns acervos na Bahia – entre eles, 30 obras de propriedade de Cipriano Barata de Almeida e 22 obras de Hermógenes de Aguiar Pantoja, ambos implicados na Conspiração Mineira em 1798. Constava que a maioria dos livros era publicada em língua francesa e poucos títulos em língua portuguesa, confirmando assim a influência francesa na Bahia. Segundo Mattoso (1969:18-33), outra biblioteca, considerada a maior delas, era a pertencente ao Padre Francisco Agostinho Gomes (1769-1842), que mais tarde foi doada à Biblioteca Pública da Bahia.

Entre outros acervos existentes em Pernambuco, devidamente confirmados, mereceu destaque a biblioteca pertencente a Antônio Gonçalves da Cruz Cabugá, cujo acervo versava sobre política e propagandas liberais.

No Rio de Janeiro, ainda no século XVIII, muitos brasileiros, após concluírem os seus estudos em Coimbra, retornaram ao Brasil e lá se instalaram, fundando a Academia Científica (1771-1779) e, logo depois, a Sociedade Literária, onde existia, para uso dos sócios, uma biblioteca que mais tarde foi fechada a mandado do Conde de Rezende, em 1794. A biblioteca particular do médico e sócio Jacinto José da Silva apareceu nos autos da Devassa da Biblioteca da Sociedade Literária, por possuir, entre outros, o livro *De L'Eglise et du Pape*, por conter “matérias menos ortodoxas da religião católica” (Morais, 1979).

O maior acervo desse grupo de intelectuais do Rio de Janeiro era o de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, com cerca de 1 576 volumes, sendo 687 de direito, na maioria de juristas portugueses, e 889 de obras gerais. Predominavam os títulos em língua francesa e se registrou a ausência de poesias e de literatura em língua portuguesa, confirmando-se, também, a influência francesa enfatizada nos acervos baianos.

Com a chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, modificou-se o comércio de livros, aumentando-se as possibilidades de importação de obras e também de produção de obras brasileiras. A disseminação de bibliotecas privadas seguiu até o final do século, e, com a virada do século XX, as famílias mais abastadas procuravam ampliar as suas coleções. Entretanto, a pesquisa de acervos privados no início do século XX é escassa. As bibliotecas privadas passaram a ser lugar de estudo, de meditação das classes mais abastadas, onde a presença dos salões era constante. As relações entre a existência de bibliotecas e os salões eram bem próximos. A posse do livro nas casas familiares simbolizava o nível cultural dos seus possuidores. Também, as bibliotecas privadas apoiavam as atividades realizadas nos salões e, na maioria das vezes, legitimavam as primeiras edições de obras publicadas*.

* Entre as bibliotecas privadas existentes na terceira década deste século, lembramos a de Rui Barbosa, cuja residência se transformou atual Fundação Casa de Rui Barbosa, importante centro de pesquisa do país.

Dentre os salões da *belle époque* que atravessaram décadas, citados por Needell (1993), merecem destaque o de Paulo de Frontin, localizado na Rua Marquês de Abrantes, no Flamengo, freqüentado pelos intelectuais, diplomatas e políticos, bem como os famosos salões de Herculano Mar-co Inglês de Souza, Luís Gastão d'Escragnole Dória, Rui Barbosa, a família Guinle. Além do Rio de Janeiro, a Bahia, já no século XIX, possuía grande vida social, maior que em São Paulo. A partir do século XX, São Paulo cresceu como centro urbano e liderou o poder econômico proveniente do crescimento da indústria cafeeira. Entretanto, o Rio de Janeiro continuou a ser o centro da vida social e cultural do país.

Outros espaços de convívio social importantes eram os cassinos, os diários e os clubes. Nos cassinos, predominava a diversão com ares aristocráticos, enquanto nos diários a freqüência dos homens de negócios era predominante. Os clubes, originalmente *club*, surgiram na Inglaterra do século XVIII, mas no século XIX atingiram o auge como locais onde se reuniam pessoas refinadas (Needell, 1993).

Embora a mulher nessa década começasse a participar, cada vez mais e com mais freqüência, de reuniões sociais, a sua função, a princípio, era de coadjuvante, e o espaço por ela ocupado era o definido pelo elemento masculino. Contudo, nos salões onde a mulher imperava, germinou a dinâmica de transformação do país. O Rio de Janeiro, centro cultural, apesar do analfabetismo que assolava o resto do Brasil, era o espaço propício à atuação dos intelectuais, tendo em vista os novos questionamentos em relação aos novos padrões culturais.

A aceleração do ritmo da vida cotidiana, invadida pelo cinematógrafo, pelo gramofone, pela atividade editorial próspera, proporcionou o aumento da produção de livros e de revistas, quer científicas, quer literárias, fixando os

contornos desta nova sociedade em que a imprensa, em franco processo de difusão, influenciou o gosto literário, que, cada vez mais, competia com as novas formas de comunicação, moldando, conseqüentemente, o perfil do novo intelectual, cuja principal atividade passou a ser o jornalismo.

Os jornalistas ditavam a nova forma de vida, contrariando a Igreja e até mesmo influenciando a formação de um novo padrão de linguagem e de uma nova consciência. Entretanto, a guerra traz as primeiras dificuldades motivadas pelos problemas relativos à importação de papel, enquanto os jornalistas assalariados se ressentiam da situação. Os intelectuais, em geral, dirigiam-se para o jornalismo, mas também para o funcionalismo público e para a política. Neste impulso que os direcionou para a política, surgiram as primeiras sociedades em defesa da classe: a Sociedade Brasileira dos Homens de Letras e a Sociedade dos Autores. Esta última, visando ao fortalecimento da defesa dos seus direitos de autor perante as casas editoras.

Mas, através das publicações periódicas, tornou-se possível a recuperação dos direitos dos intelectuais como formadores de opinião. Nos jornais e nas revistas, nos "magazines" de luxo, a atuação deles era intensa, através dos editoriais, das crônicas, das poesias, dos folhetins. Na busca constante de espaços para expressarem suas idéias, a revista feminina se apresentou como um espaço ideal, cujo público fiel permitia a ação cada vez mais freqüente no cumprimento dos objetivos perseguidos.

A revista feminina estava a serviço da nova mulher, cuja presença na sociedade estava em franco processo de crescimento, e ao mesmo tempo atendia aos interesses dos intelectuais que buscavam novos espaços de expressão. Além da função de informar à mulher, notadamente da

classe média, sobre assuntos femininos, enfatizava as notícias sobre moda, literatura, poesia, folhetins.

A publicação desejada pela mulher era aquela que, além de representar o seu grupo social, permitia o acesso à informação sobre assuntos que ajudassem a convivência nesse novo espaço social. O que a diferenciava das demais revistas era a abordagem essencialmente feminina, pouco politizada, enfatizando a preocupação com a família e trazendo as discussões da esfera pública para a esfera privada, onde eram dadas as soluções.

A política sempre representou a divisão e a fragmentação evidentes nas várias correntes, enquanto a mulher era mais propensa ao consenso, preferindo a luta moral. Deste modo, não são freqüentes os jornais ou as revistas femininas de caráter político.

Estas publicações evitavam sempre os assuntos geradores de conflitos. Sobre o estar da mulher na vida, Margareth Mead declara:

“... que as mulheres vêem o mundo de maneira diversa do homem e, assim fazendo, ajudam a raça humana a se ver de maneira mais completa...”.
(Mead, 1977:23-26).

A visão de conjunto mais aguçada na mulher conduziu-a ao universo de interesses firmados nas páginas das revistas que traduziam a representação, ou seja, a ótica de um grupo social preocupado em elaborar uma nova subjetividade para a mulher moderna. Evelyne Sullerot afirma que:

“Les femmes se regroupent autour d’un journal qui représente pour elles: a) un mode de vie semblable au leur; b) une ideologie de la condition féminine qu’elles reconnaissent.”
(Sullerot, 1963:216).

O que levou a autora a considerar que a revista feminina poderia abrigar as mais diferentes correntes, uma vez que se dirigia basicamente ao público feminino, bem homogêneo nas suas aspirações.

A descoberta da revista feminina pela classe intelectual como veículo das idéias modernas, aliada ao franco progresso do texto jornalístico, garantia o espaço de expressão do jornalista que percebera o potencial do público consumidor dessas publicações. Algumas seções se dedicavam à publicação de escritores, enquanto outras ao jornalismo de serviços.

A literatura e a leitura estavam presentes nestas publicações. A *Maçã* publicava, na seção Anthologia Galante, romances, contos, entre outros.

Nesta seção, publicou-se um trecho do romance *A enervada*, de autoria de Mme. Chrisanthème, em cujo texto se lia:

*“... Vive bem agarrada a teu marido disse-me ella, tem uma dúzia de filhos.
A felicidade das mulheres depende do lar, exclusivamente do lar, ouviste?
Sofri um estremecimento. Uma meia dúzia de filhos.
Que horror! E mirando o meu ventre perfeito jurei-lhe que ele o seria sempre”.*
(A *Maçã*, 22 de agosto de 1992).

O texto de autoria de Mme. Chrisanthème deixava perceber uma nova percepção do mundo e do papel feminino. O desenvolvimento feminino questionava o papel principal da procriação e da

submissão, até então padrão feminino inquestionável. Sugeria, com sutileza, um outro perfil de mulher que era avançado para o momento.

A *Banana*, revista escrita e editada por homens, introduzia anúncios de livros a serem publicados, principalmente os do seu proprietário, Théo Filho. Entre eles, *Dona Dolorosa*, em terceira edição, publicado pela Livraria Leite Ribeiro, trazia a recomendação de não ser leitura para senhoras. Ainda, *As Virgens Amorasas*, também publicado pela mesma livraria, com capa de Di Cavalcanti, continha 360 páginas. A tiragem, dizia o anúncio, era de noventa milheiros. Tanto Théo Filho, quanto Benjamin Costallat escreviam em um registro sensacionalista.

Outra revista, *A Malandrinha*, na seção Romances d'a Malandrinha, publicava romances em série. Na verdade, o jornalismo em expansão ampliava a participação do homem culto na imprensa periódica. A classe de intelectuais contribuía nas seções de conteúdos literários, folhetins em capítulos, crônicas, contos, reportagens, edito-riais. A presença do escritor nos periódicos era muito mais expressiva do que nos livros, divulgava cada vez mais os novos textos.

O público leitor urbano era formado de estudantes da classe média em ascensão e, na maioria, de mulheres das classes dominantes, cuja educação se direcionava para a formação literária francesa, e era maior do que o da zona rural (Broca, 1991).

Embora as mulheres representassem um segmento expressivo desse público leitor, com raras exceções participavam, da mesma forma, do grupo de autores e colaboradores da produção cultural carioca.

A colaboração feminina teve início pela literatura, pelo conto, romance e poesia. Algumas mulheres se destacaram como Júlia Lopes de Almeida, Corina Coaraci, Carmem Dolores, Gilka Machado. Entretanto, vale lembrar que a primeira repórter, Eugenia Brandão, foi admitida em 1914 na revista *A Rua*, que circulou de 1911 a 1922.

A revista *Careta* publicou:

*“Apareceu aqui no Rio,
Um jorná, quando está nascendo a lua
Tem uma moça bonita
Que o cabelo traz cortado
Tem cada um oio dannado”.*¹⁸

Desta maneira, *A Rua* registrou a novidade – a mulher atuando como jornalista –, apesar de fazê-lo valorizando os dotes físicos da repórter. Mas o que vale ressaltar é a crescente participação feminina na imprensa periódica.

O crescimento e a transformação da imprensa periódica feminina ocorreram em função da participação cada vez mais ativa da mulher na sociedade, tendo em vista o desenvolvimento cultural, sobretudo da mulher de classe média. O periódico feminino mantido por grupos sociais com o fim de representá-los tinha a função de difundir os assuntos de interesse desses grupos. Como conseqüência, passou a exercer o papel de mediador entre a produção e o consumo da informação nesse espaço social.

O sistema de informação cultural compreendido a partir da presença feminina circunscreveu um universo que permitiu à mulher interagir entre a esfera pública e a esfera privada de uma forma peculiar, produzindo informação. A produção da informação está diretamente vinculada à questão da assimilação. Informação assimilada produz mudanças contextualizadas que refletem a realidade social plural e complexa.

Barreto (1994:5), ao citar a obra *A conquista do presente*, de Michel Maffesoli, afirma que

“Esta organização concentra um conjunto de saberes, regras, normas, proibições e permissões que são conservadas e transferidas, através de canais próprios de comunicação.”

A imprensa periódica feminina, ao transmitir informação a um público homogêneo conectado com a produção da informação, favorece a assimilação, que, digerida e elaborada, transforma-se em conhecimento assimilado pelo indivíduo, mediante a sua capacidade cognitiva.

A difusão da informação através da imprensa escrita, inclusive a periódica, pode ser assim representada (ver quadro 1).

Por intermédio da imprensa periódica, a mulher realiza a publicização do seu espaço privado. Nesta esfera, as funções femininas exercidas no núcleo familiar geradas no cotidiano influenciam a formação de uma verdadeira rede de informações que se estrutura de modo a subsidiar os serviços necessários à complexa estrutura familiar. A mulher controla este sistema, aparentemente sem importância, e que se irradia para o mundo exterior. A troca de informações que se desenvolveu, notadamente nas cidades, acompanhava o movimento de troca de mercadorias, que, nos centros urbanos, encontrava o ambiente propício, dada a expansão do mercado. A acessibilidade à informação transformou os espaços, e surgiram novos modelos comportamentais e culturais.

O sistema de informação cultural a partir da figura feminina encontra, na imprensa periódica, o veículo difusor da informação produzida, segundo a ótica feminina.

Deste modo, a informação gerada para o cotidiano encontrava na revista feminina o seu espaço ideal e, portanto, precursor da informação utilitária, conforme denominação mais recente.

A origem dos serviços para a comunidade, fruto do *way of life* americano emergente do fim do século passado e absorvido pelas revistas femininas, tinha o objetivo de fornecer informações úteis relativas à saúde, educação, conselhos para realizar tarefas caseiras, culinária, entre outros.

As revistas femininas introduziam a informação para o cotidiano das suas leitoras. As seções dedicadas aos conselhos úteis eram aplaudidas, uma vez que facilitavam as tarefas domésticas e apoiavam os serviços médicos tão necessário aos cuidados da prole.

Em um momento em que a medicina atingia novos padrões, cultivava-se o aprofundamento da pesquisa voltada para a área sanitária, bastante enfatizada no Instituto Oswaldo Cruz (Manguinhos), que liderava as campanhas de vacinação da população já iniciadas desde muito, bem como as novas noções de uma política higienista. O discurso médico sanitário era importante e procurava na mulher o apoio necessário para a viabilização de uma nova política. As revistas femininas disseminavam as informações pertinentes e, mobilizadas em apoio aos médicos, atingiam as famílias por intermédio da mulher. As seções que se ocupavam dessa informação de utilidade cumpriam os seus objetivos.

O sentido pragmático do americano deu origem, mais tarde, ao que se denominou informação utilitária, ou ainda, informação comunitária, e encontrou nas bibliotecas públicas americanas o lugar adequado. A função do “Information & Referral” como é denominado (Medeiros, 1992:15;

Figueiredo, 1985:7-19) depois dos anos 60 cresceu e se reestruturou mais adequadamente. As seções das revistas femininas dedicadas ao chamado jornalismo de serviços antecipou a necessidade de informação comunitária ou conselhos úteis, como era a denominação da época. As informações utilitárias permeavam as revistas mediante as informações que apoiavam as tarefas do cotidiano.

As seções como a Saladeira, da *Malandrinha*, os Cardápios, da *A Dona de Casa* ou o Livro da Cozinha, da *Única*, eram alguns exemplos das seções contendo sugestões e conselhos úteis.

A imprensa periódica feminina, difusora da informação de interesse da mulher, contribuiu para que se concretizasse a modernização do parque gráfico brasileiro e possibilitou o aparecimento de publicações mais elaboradas, do ponto de vista gráfico. Promoveu, também, a veiculação da informação, contribuindo para a articulação de um sistema de informação cultural a partir da figura feminina (ver quadro 2).

BIBLIOGRAFIA

1. ABNT. *Apresentação de publicações periódicas*; procedimento. Rio de Janeiro, 1986.
2. ADORNO, Theodor W. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. 254p.
3. _____. A televisão e os padrões de cultura de massa. In: ROSEMBERG, Bernard, WHITE, David M. (orgs.). *Cultura de massa*. São Paulo: Cultrix, 1973.
4. ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado*. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1987. 127p.
5. AMARAL, Luiz *Jornalismo: matéria de primeira página*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982. 233p.
6. _____. *Técnica do jornal e periódico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978. 259p.
7. ANDERSON, Cristine Y. Feminist fictional utopias: a started set. *Collection Management*. Portland, v. 18, n. 1/2, p. 1-4, 1993.
8. ARIÉS, Philippe. Por uma história da vida privada. In: *História da vida privada, 3 – Da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 7-20.
9. ARON, Raymond. *L'Opium des intellectuels*. Paris: Calmann-Levy, 1995.
10. BARBOSA, Marialva. A visão da mulher nas revistas de crítica e de costumes no Rio de Janeiro no início do século. *INTERCOM; Revista Brasileira de Comunicação*, São Paulo, n. 61, p. 62-88, jul./dez. 1989.
11. BARRETO, Aldo A. *A questão da informação*. Perspectiva. São Paulo, 8(4): 3-8, out.-dez., 1994.
12. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *O bello sexo: a imprensa, identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1988. 268p. Diss.
13. BROCA, Brito. *Naturalistas, parnasianos e decadistas: vida literária do realismo ao pré-modernismo*. Coordenado por Alexandre Eulali. São Paulo: UNICAMP, 1991. 391p. (Coleção Repertórios).
14. _____. *A vida literária no Brasil: 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
15. CARVALHO, Katia de *O diário da Bahia e o século XIX*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/INL, 1979. 259p.
16. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994. 351p.

17. CHACON, Vamireh. *História das idéias so-cialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/s.d./.
18. CHARTIER, Roger. *A história cultura: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
19. _____. As práticas da escrita. In: ARIÉS, Philipe, DUBY, George (orgs.). *História da vida privada*. Trad. de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1974. p. 113-162.
20. ERNY, Jean-Pierre. *Le droit de reproduction s'orpose-t-il à la libre circulation de l'information?* Documentaliste: Sciences de L'Information. Paris, 32(1): 3-9, jan-fev. 1995.
21. FIGUEIREDO, Nice. Serviço de informação para a Comunidade como um instrumento de democratização da biblioteca pública brasileira. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. São Paulo, v. 18, n. 3/4, p. 7-19, jul./dez. 1985.
22. HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad. de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 398p. (Biblioteca Tempo Universitário, 76. Estudos Alemães).
23. MATTA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
24. _____. A Família como valor: considerações não-familiares sobre a família brasileira. In: ALMEIDA et al. *Pensando a família no Brasil: da colônia à maternidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; Editora da UFRJ, 1987.
25. MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Presença francesa no movimento democrático baiano-1778*. Salvador: Ed. Itapuã, 1969.
26. MEAD, Margareth. *Macho e fêmea*. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 23-26.
27. MEDEIROS, Ana Lúcia. *Cidadania e Biblioteca: serviço de informação comunitária*. Rio de Janeiro, 1992. Diss. (Mestrado em Ciência da Informação) Escola de Comunicação – UFRJ.
28. MORAIS, Rubens Borba de. *Livros e Bibliotecas do Brasil*. Rio de Janeiro; LTC, 1979.
29. NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Trad. de Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 383p.
30. *O nosso século, anos de crise e criação*. São Paulo: Abril Cultural, 1981.
31. PORTELLA, Eduardo. *O intelectual e o poder*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983. 113p.
32. _____. *Literatura e realidade nacional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986. 108p. (Tema de Todo Tempo, 1).
33. SULLEROT, Evelyne. *La presse feminine*. Paris: Colin, 1963.
34. SUSSEKIND, Flora. *O cinematógrafo das letras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 170p.

The feminine press in Rio de Janeiro, in the '20s: a cultural information system

Abstract

The origins of the Brazilian periodical press in the 19th century has influenced the origins of the feminine press. This latter has expanded on the twenties, when female questions, related to emancipation started appearing in the press. Women have fully organized themselves into female associations and started requesting a strong participation in social changes. The working of the female press in the feminine cause have linked private and public life at Rio de Janeiro an important cultural and political Brazilian center. In the twenties the feminine press acted as a vehicle for new ideas, favouring the modernization of printing equipment, for social information referral, mainly through the introduction of a modern discourse in social life.

Keywords

Press; Cultural information; Woman; Information system; Rio de Janeiro; Brazil.

Kátia de Carvalho

Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP-RJ) IBICT